

Caixa não apresenta respostas às reivindicações dos empregados

A segunda rodada de negociações específicas entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal e a direção do banco, realizada na sexta-feira (17), terminou sem respostas concretas para as principais reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Diante da falta de avanços, a representação dos empregados reforçou as cobranças sobre Saúde Caixa, licenças para tratamento de saúde, criação de uma cláusula específica sobre teletrabalho, com especial atenção aos trabalhadores de TI, substituição em cascata, superendividamento e outras cláusulas sociais.

Na abertura da reunião, a coordenadora da CEE/Caixa, Luiza Hansen, reafirmou que a mesa de negociação precisa produzir resultados concretos. "Viemos para esta negociação com propostas objetivas para resolver problemas que afetam diretamente a vida das empregadas e dos empregados. Infelizmente, mais uma vez, a Caixa não apresentou respostas para reivindicações importantes. Seguiremos cobrando soluções para o Saúde Caixa, para as condições de trabalho e para a valorização de quem faz o banco acontecer todos os dias."

Funcionários do Banco do Brasil cobram avanços

As negociações da pauta de diversidade específica dos funcionários do Banco do Brasil tiveram início na sexta-feira (17), com o debate sobre os direitos das pessoas com deficiência (PcDs), um dos primeiros temas abordados na mesa entre a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e a direção do banco. As propostas apresentadas pelas entidades buscam ampliar a acessibilidade, promover a inclusão e garantir igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho.

Para a coordenadora da CEBB, Fernanda Lopes, a negociação é uma oportunidade de consolidar avanços nas políticas de diversidade do banco. "A construção de um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo passa pelo reconhecimento das diferentes realidades vividas pelos funcionários e pela implementação de medidas concretas que garantam igualdade de oportunidades, respeito e dignidade para todas as pessoas", destacou.

Entre as reivindicações apresentadas está a cumulatividade dos benefícios destinados às pessoas com deficiência com o auxílio-creche/babá, a concessão de licença de até 15 dias por ano para acompanhamento de dependentes com deficiência, sem limite de idade, em consultas e tratamentos médico-odontológicos, a realização de um Censo da Pessoa com Deficiência no Banco do Brasil para identificar esse público e suas necessidades, a ampliação das possibilidades de teletrabalho para PcDs que necessitem dessa modalidade e que haja o acompanhamento para garantir a adaptação dos trabalhadores. Outra reivindicação é o abono das horas necessárias para tratamentos, terapias, consultas médicas.